

# SENTIDO E ACONTECIMENTO: SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO DIÁLOGO

Mariângela P. Galli Joanilho<sup>1</sup>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - PR

*RESUMO: Mariângela Joanilho apresenta uma discussão da metáfora com base em teóricos que consideram o político como próprio das práticas de linguagem: Michel Pêcheux, Eni Orlandi, Jacques Rancière, Eduardo Guimarães. A partir da análise do acontecimento enunciativo da inscrição da palavra “diálogo” no cassetete de um policial destacado para vigiar um protesto de camelôs em São Paulo em 1999, a autora mostra a forma dissensual de funcionamento da metáfora, enquanto lugar de subjetividade.*

*ABSTRACT: Mariângela Joanilho presents a discussion of metaphor based on theoreticians who consider the political character as proper to language practices: Michel Pêcheux, Eni Orlandi, Jacques Rancière, Eduardo Guimarães. Starting from the analysis of the speech event of the inscription of the word “dialogue” on the blackjack of a policeman picked out to watch over a protest of “camelôs” in São Paulo in 1999, the author shows the disensual form of the functioning of metaphor as a place of subjectivity.*

## 1. Introdução

Neste trabalho, consideraremos um movimento de escrita: o do policial militar, destacado para “vigiar o protesto de camelôs”, na Lapa, em São Paulo, no dia 5 de outubro de 1999, que usou um cassetete com a inscrição “diálogo”<sup>2</sup>.

Tal gesto de nomeação será analisado sob o enfoque do que propõem Guimarães (1995), Guimarães e Orlandi (1996 e 1999), Orlandi e outros (1997), Pêcheux (1990 e 1999) e Rancière (1995) para o estudo das questões que envolvem a produção de sentidos na linguagem. Estaremos, portanto, buscando compreender as conseqüências do gesto de nomeação,

isto é, o que era “cassetete”, agora é “diálogo” e, leva este nome inscrito/colado nele.

Para tanto, trataremos de verificar o processo de construção dos sentidos de “diálogo”, na tentativa de mostrar os modos de constituição desse acontecimento de linguagem<sup>3</sup>.

Isto é, o gesto de nomeação dá visibilidade a um conjunto de sentidos, que, em um primeiro momento, produz efeito de acréscimo: cassetete é memória presente em diálogo e diálogo é inscrito em um lugar que não é dele.

Assim, ao pensar as condições de produção desse acontecimento, temos aqui termos que vêm de formações discursivas especializadas, que trazem diferentes historicidades. O primeiro circula numa ordem discursiva institucionalizada, nomeia um objeto bastante específico, usado por policiais. O segundo já é um termo cujos sentidos estão bastante alargados, fazendo parte tanto do espaço das relações cotidianas da linguagem, assim como de usos mais específicos, como de teorias lingüísticas que tratam das questões da produção de sentidos na linguagem. O jogo de palavras, no cruzamento dessas formações discursivas, faz aparecer o político<sup>4</sup> na língua.

O conceito de *formação discursiva*, fundado por M. Foucault (conferir, por exemplo, as discussões d’*Arqueologia do Saber*), crucial para o quadro teórico e metodológico da Análise de Discurso da Escola Francesa, foi assim (re)definido por M. Pêcheux (1975: 160 e 161), no momento em que trata do caráter material do sentido:

“(…) Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).”

Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação na qual são produzidas:

“(…) diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes.”

A retomada desta definição traz conseqüências fundamentais para a discussão que estamos propondo, pois nela se encontra uma

afirmação sobre o sentido que está na base de uma compreensão histórica dos processos de significação, isto é, dizer que “as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas” equivale a afirmar que não há um sentido originário, que seja próprio das palavras (prontas-já para ser “decodificadas”). Para Pêcheux a ordem de existência do sentido não é literal, mas material. O sentido possui um “caráter material” fornecido pela ideologia.

Em *Interpretação*, E. Orlandi (1996:9 e 21 respectivamente) recoloca, logo de início, esta questão, a partir da seguinte afirmação “Não há sentido sem interpretação”. Em seguida, a autora continua:

“Partimos do princípio de que há sempre interpretação. Não há sentido sem interpretação. Estabilizada ou não, mas sempre interpretação.”

Não estamos aqui tomando “ideologia” e “interpretação” como noções sinônimas, antes disso, o que gostaríamos de apontar por meio destas “aproximações” é que, na formação discursiva, a materialidade do sentido tem a ver com a distinta materialidade do sujeito. E esse é o próprio da interpelação, como especifica a autora em um trabalho posterior:

“Como sabemos, a formação discursiva - lugar provisório da metáfora - representa o lugar de constituição do sentido e de identificação do sujeito. Nela o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade, especificidade, limites que o configuram e o distinguem de outros, para fora, relacionando-os a outros, para dentro. Essa articulação entre um fora e um dentro são efeitos do próprio processo de interpelação.” (Orlandi, 1999:21)

E sobre o sujeito:

“O sujeito moderno - capitalista - é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado (pela exterioridade) e determinador (do que diz): essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito a direitos e deveres) e de sua coerência (não-contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de (por) sua vontade. Não só dos outros mas até de si mesmo. Bastando ter poder...” (idem:22).

É sobre essa (re)significação do sentido, do sujeito, do poder que estamos-nos propondo pensar.

## 2. Uma primeira aproximação

Uma das possibilidades de entrada no quadro discursivo que *diálogo* configura é a análise do nome, isto é, como se constitui a designação do que está nomeado por *diálogo*. Nos termos de Guimarães<sup>5</sup>, procuraremos tratar da operação enunciativa fundamental em que *cassetete* reescritura *diálogo*, tendo em vista que esse processo de reescrituração se faz por uma metáfora: *cassetete* é diálogo, diálogo é efeito de poder/resistência.

Nesse acontecimento, nosso interesse fundamental é compreender o processo de constituição do sentido metafórico, pensando a *metáfora* como ponto de visibilidade, na história, de uma subjetividade discursiva, deslocando esse conceito de qualquer quadro que o veja como figura, como uso desviado da linguagem. Em nossa compreensão, como veremos a seguir, o deslocamento mesmo já engendra todo o processo de significação do sentido metafórico.

Desse modo, compreender a constituição do sentido metafórico como processo e não como cristalização do sentido, é justamente tornar visível um lugar de relação do sujeito com a língua. Sem pensar que isso seja uma relação de apropriação e de controle, como, por exemplo, a do sujeito intencional, mas como ponto de visibilidade de uma subjetividade historicamente constituída, que vem como efeito de uma memória retórica<sup>6</sup>.

### 2.1 Memória retórica e historicidade

Mais uma vez recorreremos às distinções de Orlandi para situar a nossa discussão. Conforme a autora, um dos trabalhos da metáfora (Orlandi, 1999:56) é colocar o dizer e o sujeito, no que considera a “*repetição histórica*, que é a que desloca, a que permite o movimento porque historiciza o dizer e o sujeito, fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falha, *atravessando as evidências do imaginário e fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido.*”<sup>7</sup>

A distinção do que seja a repetição histórica já aparece em um trabalho seu anterior (Orlandi, 1996:70) no momento em que trata de discutir a questão da autoria na perspectiva discursiva. Para Orlandi, a constituição do autor supõe a repetição, que é distinguida em três tipos:

- a. a *repetição empírica*, exercício mnemônico que não historiciza, de
- b. a *repetição formal* – técnica de produzir frases, exercício gramatical –, de
- c. a *repetição histórica*, a que inscreve o dizer no repetível enquanto

memória constitutiva, saber discursivo, em uma palavra: interdiscurso. Este, a memória (rede de filiações) que faz a língua significar. É assim que sentido, memória e história se intrincam na noção de interdiscurso.

Essa distinção nos interessa fundamentalmente porque nos coloca frente ao problema de linguagem que estamos tratando, pois quando trazemos a memória retórica para o lugar da repetição histórica alcançamos a compreensão da questão da autoria no processo de produção do sentido metafórico: a nosso ver a metáfora produz no acontecimento pontos de visibilidade de uma subjetividade historicamente constituída, o que é subjetivo vem então como efeito de uma memória retórica<sup>8</sup>. Esse efeito de sentido – essa memória retórica – faz com que a metáfora funcione na repetição histórica como transferência. Na repetição formal é transporte. Daí é que nasce todo um paradigma de explicação da metáfora como sentido desviado, transportado de seu percurso original.

É nesse sentido que voltamos a dizer que leitura desse recorte é fundamental para o problema de linguagem de que estaremos tratando, pois a metáfora produz pontos de visibilidade no acontecimento discursivo de uma subjetividade histórica. Tentaremos mostrar como isso se faz no nível do efeito, como memória retórica. (Uma compreensão de como isso se faz no nível da constituição está na obra de M.Pêcheux, que concebe a noção de *efeito metafórico*, próprio da produção de sentidos na linguagem).

## 2.2 O Jogo de imagens

Desse modo, em nossa perspectiva, a metáfora produz um lugar de subjetivação, um modo de construção dos sentidos em que emerge uma subjetividade historicamente singular, manifesta por um jogo de sentidos, cujos efeitos, em nossa dissertação de mestrado<sup>9</sup>, distinguimos em três categorias de metáfora: “imagem difusa”; “imagem velada” e “imagem coincidente”. Esse quadro de imagens deu-se devido à significação que as construções metafóricas descreveram em nosso trabalho.

Naquele momento, nosso objetivo era produzir um deslocamento no modo de compreensão do sentido metafórico que, desde Aristóteles, é tratado como um desvio do sentido originário das palavras, o literal. Para tanto, nosso esforço foi o de produzir um quadro de compreensão da metáfora a partir de uma teoria sócio-histórica da produção dos sentidos na linguagem.

No caso específico da análise que realizamos, o campo discursivo<sup>10</sup> estava constituído pelo discurso sobre o político, dentro das relações cotidianas de linguagem e, o espaço discursivo concebeu-se com base no funcionamento discursivo da metáfora, representado pelas relações que este processo de construção de sentido estabeleceu nesse espaço.

Dessa forma, o recorte dos fatos de linguagem foi feito a partir da leitura de cartas extraídas do “Painel do Leitor”, coluna diária do primeiro caderno do jornal Folha de São Paulo, produzidas no período de julho de 1994 a janeiro de 1995. Para nosso trabalho de análise, escolhemos cartas que tratavam especificamente de discutir as questões que diziam respeito ao momento político que se vivia naquele período: as eleições gerais para presidente, senadores, deputados federais e estaduais.

As cartas foram produzidas, em sua maioria por falantes comuns, que, de uma forma ou de outra, inscreviam-se na esfera do político. O que orientou o recorte de dados foi justamente o fato de encontrarmos, na maioria significativa das cartas, construções metafóricas produzidas a partir da palavra *real*, termo que nomeia a moeda brasileira desde junho de 1995. As categorias de metáfora fizeram-se, então, com base na difusão, na forma velada e na coincidência ou ajuste dos sentidos que se produziam, a partir das nomeações propostas pelos sujeitos-leitores. Tomemos aqui um exemplo da categoria descrita como “imagem difusa”:

“Mais uma tarefa para os bancos: distribuir os reais ‘santinhos’ de FHC, impressos na Casa da Moeda, sob a coordenação do Banco Central e supervisão do devoto Ricupero.” (Adilson de Almeida Vasconcelos, Brasília, DF, 1 de Julho de 1994)

Na construção metafórica em questão, pode-se verificar que a palavra *real* está associada ao lexema *santinho* (que o próprio locutor destaca); de forma que esta associação instaura uma maneira de significar, um modo de organizar o sentido, que faz com que se possa dizer que no acontecimento o sentido não está cristalizado e nem se localiza em uma região demarcada.

Ou seja, a palavra *real*, que nomeia a moeda brasileira e, portanto, neste caso, pertence à categoria dos substantivos, funciona no enunciado em questão, como um adjetivo. Está associada ao vocábulo *santinho* e produz, deste lugar, a enunciação das características negativas que lhe são atribuídas.

O processo metafórico produz lugares de significação que configuram as marcas do interdiscurso na ordem da língua. Isto é, a metáfora se faz na enunciação e produz um deslize no sentido, de forma que a língua passa a abrigar uma memória nova. Para além dos desvios, para além dos tangenciamentos, a metáfora é o ponto em que o sujeito está tomado pelo sentido. E este sujeito que se constitui no e pelo acontecimento de produção do sentido metafórico não corresponde a um sujeito empírico-intencional, e sim a uma disparidade de posições de sujeito, pois, nos termos de Guimarães (1999:12): “sem esta disparidade não há enunciação”.

Para o autor, o sujeito da enunciação é afetado pelo depois, por uma diferença com relação ao presente do acontecimento; é constituído por uma disparidade entre os tempos da enunciação e da interpretação. Podemos dizer, em decorrência do exposto, que a prática discursiva é constituída pela enunciação de uma memória que temporaliza o acontecimento. Nas palavras de Guimarães (1999:5):

“A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, memória de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é a diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de convivibilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação.”

O autor chama a atenção para o fato de que nomear é uma prática enunciativa e o sujeito está exposto cotidianamente a esta prática. Para que haja uma construção enunciativa dos sentidos, há que se pensar, conforme o autor, que existe alguma enunciação anterior que cria condições para que o nome exista: “Não há como enunciar senão dentro de uma história de enunciações.”

Define, então, a enunciação como acontecimento histórico, “(...) que se dá porque a língua funciona na medida em que um indivíduo ocupa uma posição de sujeito no discurso, e isso, por si só põe a língua em funcionamento por afetá-la pelo interdiscurso.” (1995:65)

A nosso ver, essa temporalidade da enunciação constitui o acontecimento de linguagem, na medida em que os sujeitos são díspares: “a relação intersubjetiva é não-consensual”. Poder-se-ia dizer, então, que a metáfora, enquanto processo sócio-histórico de construção dos sentidos, (re)organiza a temporalidade do acontecimento, em decorrência da singularidade histórica da subjetividade que inaugura e projeta.

Assim sendo, poderíamos dizer que uma das formas de captar esta temporalidade dos sentidos que se põem no acontecimento seria a compreensão do processo de significação que a metáfora constitui, através dos mecanismos de seu funcionamento enunciativo. Em nossa compreensão, a metáfora opera (n)esta temporalidade, na medida em que há no processo de produção do sentido metafórico, como acabamos de dizer, a manifestação de uma subjetividade histórica.

Em suma, a metáfora se dá, na temporalidade do acontecimento, como lugar de redistribuição (imagem difusa), de desestabilização (imagem velada) e, finalmente, como lugar de confluência (imagem coincidente) dos sentidos.

### 3. Acontecimento e Temporalidade

Em sua obra *Políticas da escrita*, J. Rancière (1995) coloca que *política* e *escrita* são palavras tomadas em uma multiplicidade de sentidos. Já no título, o autor as conjuga em uma expressão definida, “Políticas da escrita”, o que define um de seus propósitos: tratar o escrever como um gesto político, pois coloca “uma relação da mão que traça linhas ou signos com o corpo que ela prolonga, desse corpo com a alma que o anima e com os outros corpos com os quais ele forma uma comunidade” (p. 7). Assim, a escrita é política, porque:

- Constitui uma relação entre a ordem do visível e a do dizível;
- Constitui uma dispersão democrática:

Isso quer dizer que, para Rancière, é um jogo muito mais complexo que é jogado entre os poderes do escrito e a ordem ou desordem social, pois, para ele, “a escrita sempre significa mais que o ato empírico de seu traçado. Ela metaforiza uma relação entre a ordem do discurso e a ordem dos corpos em comunidade (...) Antes de ser polissemia ou disseminação a escrita é divisão.” (p. 41)

Podemos dizer, com base nesse pressuposto teórico e epistemológico de Rancière, que E. Guimarães vem realizando um esforço teórico de construir um conceito de enunciação em que se considere o acontecimento enunciativo como espaço da divisão do sensível em que se regula o dizível: o homem está necessariamente afetado por um conflito de relações sociais que lhe negam as relações do dizer e que lhe impõem outras. Isso quer dizer que enunciar é (re)significar, é (re)dividir o sensível.

Em decorrência disso, Guimarães propõe que tomar a enunciação como acontecimento exige que se coloque a questão da temporalidade, pois, segundo o autor, não há como pensar o acontecimento sem pensar sua temporalidade, que não é nem factual (cronológica), nem axial (subjativa). Ou seja, essa temporalidade não distribui o tempo, é uma temporalidade que distribui o sentido.

Desse modo, é possível encontrar na enunciação a própria disparidade do sujeito a si e do sujeito ao que diz. Em outros termos, para o autor, o dizer não se dá no tempo, o dizer temporaliza. Ele dá para si um presente, uma memória e um depois. Quando se recorta o acontecimento, recorta-se o “sempre-já”, pois, do ponto de vista do acontecimento, tem-se um recorte de memória que também é um presente. É nesse sentido que se pode compreender a afirmação, recorrente em sua obra, de que a língua funciona afetada pelo interdiscurso.

Mas o que significa, então, analisar, em uma perspectiva como essa (enunciativa e discursiva), a natureza e o funcionamento do movimento

de escrita inaugurado pelo sujeito que nomeia *cassetete* por *diálogo*? Uma resposta imediata seria aquela que nos conduz a pensar sobre a constituição sócio-histórico-política desse acontecimento. Pensar os recortes de memória que lhe garantem o sentido.

#### 4. Diálogo: análise do acontecimento

Em seu estudo sobre a presença dos camelôs no espaço público da cidade, Zoppi-Fontana (1999) focaliza, na dimensão discursiva, como o camelô constitui a categoria de “estranho”, isto é, a autora circunscreve uma delicada forma de compreender os efeitos da constituição desse sujeito “e sua relação com a elaboração e prática da cidadania no contexto urbano.” (p.54) Basicamente o que a análise evidencia, reorganizando a compreensão da fronteira entre o privado e o público na constituição dos sentidos do espaço urbano, é que os camelôs estão fora de uma ordem social comum vigente. Em suas palavras:

“Nas análises realizadas observamos a delimitação de diferentes categorizações do estatuto jurídico da presença e atividade dos camelôs em relação ao espaço público da cidade (...). Demonstramos, porém, que essas categorizações produzem diferentes recortes na interpretação do espaço urbano e do direito à cidade que excluem, sob o rótulo de estranhos, todos aqueles que o ordenamento jurídico da cidade não (in)corpora - nos dois sentidos, de incluir e dar corpo - no funcionamento da continuidade universal-individual da lei.” (p. 62)

E, inspirados por esta metáfora que a autora produz - a do corpo - queremos iniciar a nossa análise, pois no caso específico desse fato de linguagem que se nos coloca, vemos que o camelô aparece como o estranho, ou melhor, como corpo, que sem dizer se diz, e significa desse lugar.

Este nosso ponto de partida estaria configurado também em sua relações com o que propõe Guimarães, quando trata da noção de político em Rancière. Assim, segundo a reflexão proposta pelo autor, poderíamos dizer que, tanto no artigo “O dissenso”<sup>11</sup>, quanto em “Políticas da escrita”, Rancière apóia a noção de político numa lógica da dominação legítima, isto é, a história humana se faz por essa lógica em que as relações são sempre organizadas numa distribuição de papéis hierárquica/organizada, e o político redivide esses papéis, o político redivide o sensível. Essa divisão dos papéis se faz, como coloca Guimarães, por uma contradição radical, que, ao mesmo tempo que afirma a exclusão, inclui no dizer.

Ora, nos termos da análise que estamos desenvolvendo, parece-nos pertinente afirmar que, o político aparece, na medida em que, ao produzir a troca dos nomes, o sujeito (re)significa a própria significação do que o nome seja, sem deixar de significar: esse gesto

de escrita não significa que cassetete deixa de ser cassetete, ou seja, o sujeito não deixa de dizer que cassetete é cassetete, porque significa diferente, mas sim, continua fazendo sentido pela própria divisão do que cassetete não seja/seja, pela dispersão do sentido no acontecimento.

Então, a divisão aparece como o lugar em que o sujeito que enuncia, ao se constituir e em sendo constituído, ressignifica o dizível e se sente significado por aquela nomeação, produz um partição no dizer e produz efeito de dominação/resistência: um movimento de suspensão da voz e da vez do outro. O sujeito não diz, significa no acontecimento.

Em suas discussões sobre o sujeito na organização social moderna, Lagazzi-Rodrigues (1998:25) reintroduz e faz significar os conceitos de poder e de exclusão. Encontramos, em uma das passagens, inspiração para tratar esta questão da dominação que se nos coloca:

“A tentativa da exclusão leva o sujeito a redefinir seus espaços de referência, a (re)estabelecer processos de identificação, a resistir à/na ordem do discurso. A tentativa da exclusão dá voz a conflitos silenciados.”

Ao colar dois mundos num só – repressão e fala estão no mesmo lugar enunciativo – o sujeito produz, então, a partir de um processo metafórico, efeito de dominação/resistência. Isso pode ser verificado com base no próprio movimento de constituição do sentido metafórico, no espaço do acontecimento. Pois, como diz Orlandi (1997):

“Este deslizamento, a metáfora, própria da ordem simbólica, é o lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade.(...) é neste lugar, sítio em que se produz o deslizamento de sentido enquanto efeito metafórico em que a língua e a história se ligam pelo equívoco (materialmente determinado) que se define o trabalho ideológico, em outras palavras, o trabalho da interpretação. Como este efeito, ao mesmo tempo que constitui o sentido constitui o sujeito, podemos dizer que a metáfora também está na base da constituição do sujeito (...).” (p. 7)

Assim, dentro dos domínios da situação em que produz a construção metafórica, o sujeito “reconstrói” a história, a memória do dizer, através de uma determinada maneira de significar na história. Nesse sentido é que podemos afirmar que a construção metafórica configura um lugar de constituição da subjetividade como singularidade histórica.

Em que medida, então, *diálogo* significa?

Sua significação é dissensual, marcada pelo conflito, pois institui uma diferença entre os sujeitos que a simetria de um diálogo constituiria. Há

assim, o “sujeito que fala” e o “sujeito para quem se fala”. E essa diferença se faz pelo sentido que movimenta, pois o sujeito que fala, faz isso de um lugar de fala em que se inclui como “dono da palavra”, já o sujeito para quem se fala constitui-se por ser “destituído da palavra”, quase como um sem voz, como aquele a quem a palavra é dirigida, isto é, por um lugar a partir do qual poderia significar, mas do qual seus sentidos estão excluídos. Mas, esse movimento de exclusão inclui, pois é a partir dele que o sujeito se coloca e faz sentido.

A relação de sentidos se faz, então, por um deslocamento, em que o sentido metafórico funciona na medida em que reescritura a diferença, na medida em que faz operar o conflito. Desse modo, a relação entre os sujeitos, não se faz por correlação, não obstante a palavra *diálogo* pressuponha uma relação dessa natureza, em que os sujeitos tenham, cada um, a sua vez de falar. Ao inscrever sua significação em um instrumento de repressão, o sujeito que fala (o policial que vigia os camelôs), nega ao sujeito para quem se fala o direito à palavra. Sujeito sem voz que significa desse lugar.

Paralelamente a isso, poderíamos propor o que Guimarães (1999:14 e 15)<sup>12</sup> considera sobre a língua dos índios e de algumas comunidades de negros, quando reflete sobre “a questão da Língua Nacional no Brasil”; sobre os “funcionamentos que constituem o conflito próprio do político que trabalha as relações sociais (...) numa análise que tem por objeto a questão da Língua Nacional nas constituições Brasileiras.” Ao tratar dessas comunidades constitutivas das margens, o autor revela:

“Reconhecem-se suas línguas como deles. Este reconhecimento é a “afirmação” de que a língua deles não é igual à língua do cidadão, pois não é a língua do Estado. (...) Este silenciamento radical do índio, pois não se ouve a sua língua, constitui um dos elementos fundamentais de seu tratamento como menor, como irresponsável por seus atos, ou seja, como não cidadão do Estado. Em outras palavras, *como quem não pode formular por sua língua sua posição perante o Estado e a Sociedade.*”<sup>13</sup>

Por essa via é que se pode reconhecer e verificar o funcionamento dissensual do acontecimento em que o sujeito aparece como sujeito sem direito à palavra, sem voz, pois é constituído pelo conflito, pela diferença. Mas é dessa posição que significa.

## 5. Conclusão

Ao refletirmos sobre a forma como o enunciado em questão produz sentido, cabe reafirmar que a metáfora funciona como um lugar de subjetividade, produzindo pontos de emergência/dispersão do sujeito, pois este se representa pelos sentidos que enuncia e historiciza.

Para finalizar, gostaríamos de dizer que colocar-se em um campo de análise cuja perspectiva é discursiva corresponde ao que Pêcheux (1999:14) propõe quando trata das questões epistemológicas da análise de discurso:

“A análise de discurso não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos, mas somente construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito do interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do Outro).”

Esse era o nosso propósito, nos limites da análise que nos propusemos realizar, isto é, mostrar um modo de olhar sobre essa forma de significação na linguagem.

## Notas

<sup>1</sup> Bolsista CAPES/COFECUB, Processo nº 0551/01-5.

<sup>2</sup> O recorte de linguagem-e-situação selecionado para a análise aqui proposta foi retirado do caderno diário “Cotidiano”, do jornal Folha de São Paulo, da quarta-feira, 6 de Outubro, de 1999. A chamada para o artigo era a seguinte: “PM controla protesto com “diálogo”. Sabemos que esta chamada coloca todo um paradigma de sentidos se formos pensar, por exemplo, em uma política de direitos humanos. Mas isso configuraria um outro quadro de análise.

<sup>3</sup> Sabemos que a noção de acontecimento é compreendida de forma distinta pela Análise de Discurso e pela Semântica Histórica da Enunciação. Em termos gerais, podemos dizer que, para a primeira, o acontecimento discursivo é constituído no e pelo efeito língua e suas propriedades e, para a segunda, o acontecimento produz o enunciado, a língua. (Para maiores esclarecimentos conferir os artigos “Da enunciação ao acontecimento discursivo em Análise de Discurso”, de Jacques Guilhaumou e Denise Maldidier e “Enunciação e História”, de Eduardo Guimarães, em: GUIMARÃES, E. (org.) História e Sentido na Linguagem. Campinas, SP: Pontes, 1989. Para nós, o que interessa efetivamente é o modo como as duas teorias operam, (n)o acontecimento, com as questões que envolvem a historicidade da língua e a produção de sentidos na linguagem.

<sup>4</sup> Para Orlandi (1996:21 e 22), “(...) o político é o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição.”

<sup>5</sup> Esta e uma série de outras referências aos estudos de Guimarães, que estaremos a partir de agora enumerando, são resultado de apontamentos realizados em sala de aula, ao longo do curso “Seminário Avançado em Semântica, ofertado no segundo semestre de 1999, pelo próprio autor, no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL-Unicamp).

<sup>6</sup> Agradeço imensamente à Suzy Lagazzi-Rodrigues, à Claudia Pfeiffer e à Carmen Zink pela conversa esclarecedora no exame de qualificação de área. Sem essa conversa, muito

do que se diz aqui sobre a metáfora não teria tomado forma. Toda a responsabilidade sobre o conjunto das afirmações que se faz aqui é minha.

<sup>7</sup> Grifos nossos.

<sup>8</sup> O que precisa ficar claro então é que não é a metáfora que faz o sujeito estar na repetição histórica, mas é a repetição histórica que possibilita a metáfora, produzindo a singularidade do/no acontecimento.

<sup>9</sup> Joanelho, M.P.G. Por uma abordagem discursiva da metáfora. Unicamp: Campinas, 1996. (Dissertação de mestrado realizada sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Guimarães).

<sup>10</sup> As noções de *campo* e *espaço discursivo* foram formuladas por D. Maingueneau (1983:116 e 117). O campo discursivo se define como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência com outras formações. O espaço discursivo é um subconjunto do campo, no qual pelo menos duas formações mantêm uma relação de concorrência.

<sup>11</sup> Rancièrre, J. "O dissenso" in: Novaes, A. *A crise da razão*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996. Nesse ensaio, o autor concebe o dissenso como uma "crítica ao discurso que identifica a racionalidade política ao consenso e o consenso ao princípio mesmo da democracia" (p.367), definindo-o segundo várias distinções mas, sobretudo, como "um conflito sobre a própria configuração do sensível" (p.373).

<sup>12</sup> Guimarães, E. "Língua de civilização e línguas de cultura: a língua nacional do Brasil". Unicamp, 1999 (mimeo).

<sup>13</sup> Grifo nosso.

## Referências bibliográficas

- GUIMARÃES, E. (1995) *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes.
- LAGAZZI-RODRIGUES, S. (1998) *A discussão do sujeito no movimento do discurso*. Tese de Doutorado. IEL, Unicamp.
- ORLANDI, E.P. (1996) *Interpretação*. Petrópolis, RJ: Vozes
- \_\_\_\_\_. (1997) *Análise de discurso e interpretação*. mimeo.
- \_\_\_\_\_. (1999) *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas, SP: Pontes.
- PÊCHEUX, M. (1999) "Sobre os contextos epistemológicos da análise de discurso" In: Contextos epistemológicos da análise de discurso. Revista **ESCRITOS** 4. Publicação do Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/NUDECRI – Unicamp.
- RANCIÈRE, J. (1995) *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro, RJ: Editora 34, 1995. (RANCIÈRE, J. *Politiques de l' Ecriture*. Trad. Bras. Raquel Ramalhete)
- ZOPPI-FONTANA, Mónica G. (1999) "Um estranho no ninho - entre o jurídico e o político: O espaço público urbano". In: **RUA**. Campinas. Número Especial, 53-65.